

ARTIGO



Augusto Rocha\*

Não há como uma região sem acessibilidade ter atividades econômicas. As populações de pequenas cidades do interior que seguem isoladas, como se estivessem centenas de anos atrás, seguirão com as atividades econômicas de centenas de anos atrás. A infraestrutura é anterior à mudança da dinâmica econômica. Sem ela, até mesmo as eventuais produções de subsistência nunca terão a oportunidade de construir excessos para atingir outros mercados, pois sem o mínimo comércio, não há mudanças.

Ao longo dos séculos, o comércio é que viabilizou as “rotas da seda” ou a “rota das especiarias”, que comercializou tecidos entre a Ásia e a Europa. Mesmo as rotas (abomináveis) do Atlântico, que transportaram açúcar, ouro e escravos, na formação do Capitalismo é que viabilizaram as transformações

## Sem infraestrutura não há crescimento

econômicas de diversas regiões. As propriedades fundiárias em si, sem as atividades de comércio, não criavam riquezas. Comércio e inovação de produtos e tecnologias é onde está o avanço do crescimento econômico ao longo dos séculos. O intercâmbio cultural e comercial é que tem viabilizado transformações.

No Brasil contemporâneo estamos sabotando as oportunidades de crescimento. Não se aceita a criação de novas infraestruturas e se faz um dano ao desenvolvimento tecnológico, com pífios investimentos em educação e tecnologia. É como se não quiséssemos desenvolver e mudar o modelo econômico para o aumento da prosperidade. É como se quiséssemos seguir um país agrário e extrativista, enquanto o mundo segue para as novas tecnologias e trocas comerciais.

A ampliação do emprego formal é maravilhosa, mas precisamos de empregos mais bem remunerados, não por decreto, mas por competência que precisa ser criada com investimentos. Ignorar e atacar as possibilidades de crescimento e de ocupação do território brasileiro é um erro enorme. Mais educação sem tecnologia não leva ao crescimento natural da renda. É necessária a criação de oportunidades, mas com juros tão altos e sem investimentos, como criar oportunidades?

É revelador o que a Folha de São Paulo publicou em 19/10/2025 “Desde 2015 deputados e senadores separaram pouco mais de R\$ 520 milhões no Orçamento federal para a pasta de meio ambiente, enquanto a Noruega viaram recursos no valor de R\$ 1,75 bilhão para o Fundo Amazônia.” Estamos desprezando o nosso próprio

território e seus potenciais de crescimento econômico. Não há infraestrutura transformadora sendo construída e os acessos ao interior seguem como séculos atrás. Como ter uma economia do século 21 nestas condições?

Com isso, o Sudeste é a origem e o destino dos recursos nacionais até para o meio ambiente, aonde vão 28,3% das emendas parlamentares, enquanto o Norte recebe apenas 1,9%, o que é natural, pois há menos parlamentares dali. E a Região Norte é onde está a grande fronteira do desenvolvimento nacional contemporâneo. Está na hora de mudar esta realidade, para que exista uma mudança da dinâmica econômica nacional. Fora disto, seguiremos por séculos fazendo de conta que queremos desenvolver e fingindo cumprir a lei que afirma que deveríamos reduzir as desigualdades nacionais.

\*é professor da Ufam

ARTIGO



Thomaz Meirelles\*

## Cooperativismo: encontro que conectou pessoas, ideias e oportunidades

Participei de todos os dias da Jornada do Cooperativismo 2025, promovida pelo Sistema OCB/AM, e posso afirmar que o evento deste ano cumpriu seu papel de forma exemplar: aproximar as cooperativas dos diversos ramos das possibilidades de financiamento, tanto junto às cooperativas de crédito, quanto por meio de emendas parlamentares e parcerias estratégicas. O encontro foi mais do que um espaço de palestras —foi uma verdadeira convergência de ideias, negócios e aprendizados. A abertura, conduzida pelo presidente Petrucio Magalhães Júnior, mostrou o vigor e a diversidade do cooperativismo amazonense. Fiquei impressionado com a representatividade dos municípios e com a clareza da mensagem: cooperativismo é negócio, é desenvolvimento e é solução concreta para os desafios econômicos do Estado. Um dos pontos altos foi a Rodada de Negócios “Coop Fomenta Coop”, que reuniu cooperativas de crédito — Sicredi, Sicoob, Unicred e Ailos —e cooperativas de vários ramos do interior. Foi uma experiência prática, transparente e produtiva, em que demandas reais foram apresentadas e respostas concretas começaram a surgir. A pluralidade das propostas, que iam desde a compra de equipamentos agrícolas e barracas de feira, renovação de frota, viveiro de mudas, até projetos de turismo e piscicultura, mostrou a força econômica e a criatividade do cooperativismo amazonense. Mais uma vez, o tema licenciamento ambiental apareceu como entrave ao crescimento no Amazonas, especialmente

nos ramos agro e mineral. Fato que não acontece nos Estados vizinhos. É urgente que o poder público olhe com atenção para esse gargalo, pois muitas cooperativas têm projetos viáveis e sustentáveis que acabam travados por burocracia e, com isso, a fome, miséria e o ilegal só aumentam. Outro destaque foi a formalização da parceria entre o Sistema OCB/AM e o Sebrae Amazonas, garantindo acesso das cooperativas ao Empretec e ao Sebraetec, duas ferramentas poderosas de capacitação e inovação. Essa união de esforços demonstra maturidade institucional e visão estratégica —algo que fortalece todo o ecossistema do cooperativismo. Importante também mencionar a presença dos técnicos da OCB Nacional, que compartilharam orientações valiosas sobre negócios e emendas parlamentares. Esse diálogo direto foi essencial para entender, de forma prática, como as cooperativas podem captar recursos com transparência e responsabilidade. Saio da Jornada com a convicção de que o cooperativismo é o caminho mais eficiente e democrático para movimentar a economia do Amazonas e do Brasil. A diversidade de ramos, a capacidade de adaptação e o espírito coletivo que vi nesses dias são inspiradores. Parabêniz ao Petrucio, a Cláudia, o Merched e toda a equipe da OCB/AM pela idealização e execução impecável do evento. Foi, sem dúvida, um encontro histórico, que uniu conhecimento, oportunidades e esperança em um modelo de negócio que valoriza pessoas, distribui resultados e transforma realidades.

\*é servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação ao agronegócio – thomaz.meirelles@hotmail.com

ARTIGO



Ronaldo Gerdes\*

O Brasil está diante de uma oportunidade histórica: transformar sua matriz elétrica em motor de desenvolvimento industrial. A aprovação do marco legal do armazenamento de energia na MP 1.304/2025, relatada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), pode consolidar o país —e especialmente o Amazonas —como referência mundial em inovação energética e produção de tecnologia nacional.

A Zona Franca de Manaus já abriga indústrias de baterias de lítio, que representam o coração do novo setor de armazenamento de energia. Essa base industrial precisa ser fortalecida e expandida para o restante

## Armazenar energia é desenvolver o Brasil — e começa pelo Amazonas

do país, criando um ciclo virtuoso: quanto mais o Brasil adotar sistemas de armazenamento, mais crescerá a demanda por baterias —e mais o Amazonas se consolidará como polo estratégico dessa cadeia produtiva.

Não se trata apenas de transição energética. Trata-se de industrialização, empregos e renda. O armazenamento de energia é uma indústria de mais de 70 bilhões, capaz de ampliar a eficiência do sistema elétrico e reduzir o desperdício de energia renovável. Essa tecnologia gera empregos de alta qualificação, fomenta pesquisa, impulsiona inovação e posiciona o Brasil no centro

da nova economia verde global.

O marco legal do armazenamento dará segurança jurídica e previsibilidade aos investidores, definindo regras claras para atuação, remuneração e tarifas. É uma agenda de competitividade nacional, mas com forte DNA amazônico: nasce onde já existe indústria, logística e conhecimento, e se expande para impulsionar o país inteiro.

O senador Eduardo Braga tem agora a chance de marcar a história com uma medida que vai muito além da energia: é sobre autonomia, inovação e desenvolvimento regional. Como ele mesmo costuma dizer —ecoando o presidente Lula

—, “ninguém vai fazer por nós; nós temos que fazer por nós”.

E é exatamente isso que o Amazonas pode mostrar ao Brasil: fazer do caboclo para o caboclo. Gerar aqui a energia que movimenta o país. Transformar o desperdício de energia limpa —que hoje se perde aos bilhões de reais —em trabalho, renda e orgulho amazônico.

A aprovação da emenda de armazenamento na MP 1304 não é apenas uma decisão técnica: é um ato de coragem e visão de futuro, para garantir que a energia do amanhã nasça da Amazônia e impulsiona o desenvolvimento de todo o Brasil.

\*e CEO da UCB Power e Conselheiro do Centro da Indústria do Estado do Amazonas

ARTIGO



Reginaldo Oliveira\*

No dia 29 de julho de 2019 o Secretário especial da Reforma tributária, Bernard Appy, disse, no programa Roda Viva, que nosso ICMS é o tributo mais complexo do mundo. O imposto sobre circulação de mercadorias é objeto de muitas críticas no meio político e empresarial.

O primeiro grande problema está na super complexidade normativa que dificulta por demais, a sua operacionalização. Desse modo, não é possível cumprir os infinitos detalhes técnicos que acabam gerando um clima de completa insegurança jurídica. A coisa é tão confusa que ninguém está livre das pesadas multas fiscais, mesmo que tenha custos elevados com advogados ou consultorias especializadas. E para piorar, cada unidade federativa possui normas bem peculiares sobre o mesmo imposto, e também, cada

estado desenvolve interpretações diferentes sobre detalhes técnicos que deveriam ser padronizados no país inteiro.

As estruturas de controle e fiscalização de cada estado se encontram em níveis bem diferentes de avanço tecnológico quando o assunto é informatização ou capacitação dos servidores. Os diversos problemas operacionais dos órgãos fazendários acabam dificultando o relacionamento com as empresas, que são constantemente penalizadas com muitas cobranças indevidas. O motivo de tantos atropelos está na confusão normativa. Por outro lado, o ambiente turbulento favorece os grandes contribuintes que se aproveitam da situação caótica para impor entendimentos tributários desenvolvidos por famosas consultorias jurídicas.

As empresas que não

conseguem pagar advogados caros precisam implantar políticas fiscais eficientes o bastante para evitar disputas judiciais. O ponto de partida está no mapeamento fiscal de todos os aspectos do negócio, que tem como base uma série de identificações técnicas de cada produto, como códigos CST, CFOP, CEST etc. É importante também, investigar a classificação NCM correta de cada produto trabalhado. Necessário, ainda, é investir num programa de capacitação profissional.

Por exemplo, uma empresa do centro de Manaus que estava no regime do Simples Nacional foi obrigada a mudar para o regime do Lucro Presumido do imposto de renda. Essa empresa trabalha com produtos de tributação normal e substituição tributária do ICMS. Também, com im-

plementos agrícolas que possuem baixíssima taxa-ção ICMS. E ainda com produtos de carga reduzida adquiridos do Polo Industrial de Manaus, além de aquisições de importadores locais. Resumindo, diversas regras tributárias para administrar.

Ao longo de anos, a empresa sofreu prejuízos causados pela falta de gestão fiscal eficiente. Por exemplo, diversos produtos que deveriam pagar 1,5% de imposto, estavam no Amazonas, pela entrada no Amazonas, estava pagando acima de 20%. A empresa então contratou um serviço especializado para mapear seus produtos. O mapeamento foi capaz de evitar pagamentos indevidos de ICMS e, ao mesmo tempo, reduzir significativamente os riscos de autuações fiscais. Desse modo, a empresa passou a ter gestão fiscal porque a propriedade agiu

rapidamente, mostrando assim sua elevada capacidade administrativa.

Mapear todos os itens do estoque pode parecer um trabalho exaustivo. Mas pior do que isso, é pagar meio mundo de imposto indevido e, ainda por cima, ser multado pela Sefaz. Esse trabalho, apesar de parecer oneroso e de difícil execução, é bem mais barato que autuações milionárias. E por tabela, obtém-se um ganho importante de eficiência operacional.

A complexidade é resultado da junção de vários elementos simples. Então, e por mais intrincado que seja, o ICMS pode ter sua estrutura desmembrada e analisada individualmente. O que pesa nessa tarefa desafiadora é a utilização da metodologia adequada. Atualmente, as ferramentas de inteligência artificial se apresentam como um exce-

lente instrumento de gestão corporativa que pode ser utilizado para diversas finalidades, incluindo as questões tributárias. A eficácia depende da habilidade em lidar com esse recurso tecnológico.

Quem se enveredar pelo terreno acidentado do ICMS vai fatalmente encontrar sérios problemas de estrutura normativa. Ou seja, vai tropeçar nas infinitas sobreposições e nos conflitos de regras mal escritas que geram impasses operacionais. Entra em cena a famosa “consulta tributária” com poder de definir o procedimento correto, já que a resposta na forma de “solução”, tem força de lei. Curta e siga @doutorimposto. Outras centenas de artigos estão disponíveis no site [www.next.cnt.br](http://www.next.cnt.br) como também, informações sobre treinamentos online e presencial.

\*é consultor empresarial, palestrante, professor e especialista em capacitação profissional nas áreas de ICMS. [doutorimposto@hotmail.com](mailto:doutorimposto@hotmail.com)